

Resenha

A cumplicidade branca: um acordo entre iguais

The white complicity: an agreement between equals

Complicidad blanca: un acuerdo entre iguales



Conceição Assis de Souza Santos

Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil

conceicao.assis@ufsj.edu.br

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148 p.

1

Data de recebimento: 10/01/2023

Data de aprovação: 29/04/2023

O livro intitulado “O Pacto da Branquitude”, escrito por Cida Bento, doutora em Psicologia, referência no combate ao racismo em empresas e organizações do terceiro setor e pioneira nos estudos sobre branquitude, aborda o fenômeno que a autora denomina de “pacto narcísico da branquitude”, que consiste em “um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas que visa manter seus privilégios” (BENTO, 2022, p. 18). Essa lógica é transmitida de geração em geração, alterando minimamente a hierarquia das relações de dominação, majoritariamente masculina e branca. Ainda que haja a competição entre os grupos, é uma competição entre grupos que se consideram *iguais*.

A autora explica que “esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o *diferente* ameaçasse o *normal*, o *universal*” (BENTO, 2022, p. 18, grifo da autora). Explica, também, que “esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele” (BENTO, 2022, p. 18).

Na parte introdutória do livro, a autora narra suas memórias sobre as situações vividas com seus familiares (filho, pais e irmãos) e também na sua vida profissional. Conta que quando trabalhou como psicóloga organizacional e como recrutadora de pessoal observava como o *imaginário branco* era isento de seus aspectos negativos, como, por exemplo, “do seu lugar de descendência e herança escravocrata” (BENTO, 2022, p. 9), e de como essa prática impactava a área de recursos humanos. Constatou que “o perfil de candidatos considerados adequados para as posições mais elevadas na hierarquia das instituições ou cuja imagem representava a organização era sempre de pessoas brancas” (BENTO, 2022, p. 9).

A autora relata, ainda, que vivenciou diferentes situações em que essa preferência por brancos ficava evidente. Suportou recorrentes recusas de emprego, cujas negativas lhe causavam dor, dúvidas e insegurança quanto à própria competência e ao seu futuro profissional. Desde a sua infância, percebeu o tratamento diferenciado que pessoas em cargo de destaque davam a seus semelhantes, enaltecendo, trocando afetos e valorizando pessoas brancas, e que pessoas negras só se faziam notar como exemplo negativo. Tal situação foi vivenciada também pelos membros de sua família, pais e irmãos, mesmo sendo os irmãos qualificados para o trabalho através da formação em nível superior.

Cida Bento destaca que a grande questão motivadora de suas pesquisas é o não reconhecimento da herança escravocrata nas instituições, sejam elas públicas ou privadas, e na história do Brasil. Em outras palavras, a ausência de um discurso claro sobre os brancos na história do país. Salienta que “não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos” (BENTO, 2022, p. 14). Segundo ela, trata-se da “supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação

de um grupo sobre o outro” (BENTO, 2022, p. 14-15), que pode ser observada nos diversos espaços de trabalho, na escola, na política, na cultura, dentre outros.

Nessa perspectiva, a autora revela as variadas formas de discriminações dentro das instituições, em especial as relacionadas com a democratização dos espaços organizacionais que se apropriam da meritocracia para justificar as desigualdades. Dessa maneira, esta lógica segue o argumento segundo o qual se percebemos maior número de pessoas brancas ocupando postos de trabalho mais qualificados, é porque elas teriam feito por merecer esse lugar; assim, a baixa representação ou mesmo a ausência de profissionais negras e negros e de outros grupos decorreria do fato de que essas pessoas não estariam qualificadas para o posto. É a *ideia do mérito* que define que cada pessoa é a única responsável por conquistar seu lugar na sociedade, a única responsável pelo seu desempenho pessoal, escolar e profissional.

No entanto, Bento assevera que, ao se apropriar da meritocracia como justificativa para manter as desigualdades, essa racionalidade desconsidera o “impacto de histórias e heranças diferentes na vida contemporânea dos grupos, tais como qualidade de escolas frequentadas, disponibilidade de equipamentos e acesso à internet nos ambientes familiares e escolares, ao sistema de saúde, de saneamento básico nos locais de moradia, etc” (BENTO, 2022, p. 22).

Ao longo da obra, estruturada em introdução, dez tópicos de discussão e epílogo, Bento explica a branquitude e a colonização europeia das Américas, que instalou um sistema mundial capitalista ligando raça, terra e divisão do trabalho, chancelando a relação de dominação que se constituiu. Reforça que “nossa história foi profundamente marcada pela brutalidade contra as populações negra e indígena, que eram vistas como ameaça aos interesses dos europeus” (BENTO, 2022, p. 30).

Outro ponto relevante na obra diz respeito ao *capitalismo racial* que “funciona por meio de uma lógica de exploração do trabalho assalariado ao mesmo tempo em que se baseia em lógicas de raça, etnia e gênero para expropriação, que vão desde a tomada de

terras indígenas e quilombolas até o que chamamos de trabalho escravo ou o trabalho reprodutivo de gênero, etc” (BENTO, 2022, p. 41). A autora aponta que se faz necessário “romper a aliança entre classes, elites políticas, educacionais, culturais e econômicas e uma parte da classe trabalhadora reunida pela supremacia branca, que vem possibilitando a reprodução do sistema do capitalismo racial” (BENTO, 2022, p. 41).

Segundo Bento (2022, p. 51), “a branquitude convicta e autoritária permite ao político ser grosseiro, violento, antidemocrático e abertamente racista, homofóbico e machista, uma atitude que provoca a identificação de muitos apoiadores de lideranças públicas, mais do que suas políticas”. Dessa maneira, “com base no racismo, grupos são escolhidos para morrer a partir de um discurso do Estado que os define como ameaça, justificando o seu extermínio para assegurar a ordem e a segurança”. A esse respeito, menciona a autora que “trata-se de um fenômeno político nacionalista e ‘patriótico’ fazendo um apelo aos chamados valores tradicionais”, disseminando “um nacionalismo antidemocrático que tem como base o supremacismo branco e o conservadorismo social e religioso” (BENTO, 2022, p. 53-54).

Para além dos estudos realizados por Cida Bento, exemplos e relatos das suas experiências pessoais e profissionais, a obra contém um contundente aporte teórico acerca do campo de estudos sobre a branquitude. A expansão desse campo evidencia “a ampliação das vozes negras que denunciam a apropriação dos bens materiais e imateriais da sociedade pelos brancos e clamam por justiça e reparação ameaçam a supremacia branca” (BENTO, 2022, p. 57).

Nessa perspectiva, dentre os estudiosos que trazem à baila a narrativa da branquitude, Bento aponta os estudos de Lia Vainer Schucman, pesquisadora que “discute a ‘invisibilidade branca’, essa que aparece entrelaçada à maneira como esse grupo racial enxerga a si. O estudo enfoca como as pessoas brancas se percebem como ‘universais’, ‘o padrão’, ou seja, pessoas brancas se vendo como referência de humanidade” (SCHUCMAN, 2012 apud BENTO, 2022, p. 65).

Sobre o racismo institucional, a autora cita Feagin e Feagin (1986 apud BENTO, 2022, p. 69), que definem algumas características da discriminação institucional, dentre elas “o seu caráter rotineiro e contínuo e o fato de variar entre aberta e encoberta; visível ou escamoteada”. Para Bento (2022, p. 72), são complexos os processos de inclusão de pessoas negras no mercado de trabalho, pois “a ‘neutralidade e objetividade’ não são características de sociedades marcadas por preconceito e discriminação”. Aponta a autora que um desafio ainda maior, para além da inclusão, é a ascensão de negras e negros para que ocupem postos de lideranças ou de cargos/funções considerados “nobres”. A prevalência pelo “perfil monolítico” (BENTO, 2022, p. 77) de pessoas para ocuparem determinados cargos, em especial postos de lideranças e decisões nas instituições em sociedades marcadas pela herança do racismo, contribui para o aumento da vulnerabilidade da população negra, precarizando a condição de vida dessas pessoas, ocasionando desemprego e subemprego, além da “sobrerrepresentação da população negra em situação de pobreza, os altos índices de evasão escolar e mal desempenho do alunado negro e os elevados percentuais de vítimas negras da violência policial” (BENTO, 2022, p. 76-77).

5

Nesse diapasão, a autora aponta que “nas estatísticas sobre desigualdades no mercado de trabalho se constata uma invariável: mulheres negras ocupam a base da pirâmide, com os menores salários e cargos mais baixos” (BENTO, 2022, p. 78). Salienta, ainda, que “na relação de trabalho com trabalhadora doméstica, a branquitude, como um lugar social diferenciado e de usufruto de privilégios, pode aparecer sem muito disfarce” (BENTO, 2022, p. 82).

Segundo a autora, a literatura que versa sobre os desafios enfrentados por mulheres negras vem ganhando espaço nas vozes de jovens feministas negras, conclamando a urgência da mudança. Cita a jornalista Juliana Gonçalves (2019 apud BENTO, 2022, p. 85-86): “É insurgente toda aquela que se revolta contra um poder estabelecido. E, quando se trata de mulheres pretas, toda insurgência é um ato revolucionário”. Assinala que os acordos reivindicatórios

realizados por organizações, por exemplo, pela Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), “dialogam com o conceito do bem viver que pleiteia relações mais respeitadas com a natureza e mais solidárias, justas e cooperativas entre os diferentes grupos que compõem a sociedade” (BENTO, 2022, p. 86).

Na seara das ações que viabilizem a redução da violência que a cada dia cresce e se espalha pelo país, a autora destaca, “o assassinato de lideranças negras como a da parlamentar Marielle Franco, pela crueldade que o caracterizou e pela visibilidade que alcançou, foi um divisor de águas no sentido de obrigar o Brasil a olhar para si enquanto país violento, conservador e leniente com a brutalidade cometida por parte de suas elites dirigentes” (BENTO, 2022, p. 87).

Nessa direção, a autora ressalta o importante papel do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e das Desigualdades (CEERT), criado em 1990, do qual ela é cofundadora. Definiu-se, desde sua fundação, como uma instituição de pesquisa e intervenção com foco no trabalho de combate ao mito da democracia racial e de promoção da equidade racial nas organizações, papel que se fortaleceu com a *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, na África do Sul, em 2001. Para Bento (2022, p. 99), a realização de diagnósticos da equidade dentro das instituições públicas e privadas, possibilita, a partir deles, “elaborar conjuntamente planos de ação para incidir no ambiente de trabalho, tornando-o mais equânime”.

Numa perspectiva positiva e de avanços, mas sem desconsiderar os desafios e as resistências que sempre surgirão, Cida Bento (2022) aponta projetos de transformação que orientam para construção de políticas no campo da diversidade e equidade de raça e de gênero. Afirma que, atualmente, experiências nesse campo já se realizam no Brasil, embora de maneira pontual, mas em crescimento. Assevera que para mudar esse cenário é urgente estabelecer e implementar políticas concretas de equidade, relacionadas à gestão democrática, utilizando recursos e tecnologias modernos de comunicação e participação, bem como programas de treinamento que envolvam lideranças, gestores e todo o qua-

dro de trabalhadores e trabalhadoras para receberem e discutirem informações sobre desigualdades na sociedade brasileira e na organização onde trabalham. Nesses programas, a equidade deve aparecer como um valor na definição da missão da organização, seja ela pública ou privada.

Segundo a autora, um ponto da resistência “é como se a presença de pessoas negras fosse diminuir a qualidade da instituição” (BENTO, 2022, p. 109). Pontua que “assim como a ampliação da presença negra não diminui o nível de excelência das universidades, com a implantação das ações afirmativas no ensino superior, os estudos relacionados ao mundo do trabalho revelam dados muito parecidos” (BENTO, 2022, p. 110).

Por conseguinte, para Cida Bento, urge qualificar e ampliar as vozes pela equidade e diversidade em instituições públicas e privadas visando a construção da democracia e “dificultando a instauração de sistemas políticos, econômicos e sociais em que o pensamento único seja a regra” (BENTO, 2022, p. 113).

A obra aqui exposta é atual e potente, numa linguagem que favorece a compreensão sobre a temática da branquitude, pois os argumentos da autora são claros e as discussões e reflexões apresentadas são coerentes e consistentes. Segundo a autora, o livro foi escrito em um momento de forte polarização social, impulsionada pela desigualdade de raça e gênero que vem se ampliando em razão de políticas do neoliberalismo e da forte retração nacional das políticas sociais.

O Pacto da Branquitude é elucidativo e essencial para a compreensão das diferenças de oportunidades entre pessoas negras e brancas no mercado de trabalho. A autora, além de apresentar um diagnóstico teórico, procurou analisar, confrontar, ilustrar (com exemplos, relatos de sua experiência pessoal e profissional) e explicitar de forma categórica o pacto da branquitude – a cumplicidade branca. Ou seja, o acordo tácito, não verbalizado, não formalizado, da autopreservação dos interesses de determinados segmentos, com a missão de proteger, fortalecer e manter a he-

gemonia branca; manter as situações de privilégios, “higienizados da usurpação que os constituem e que se estruturam nas relações de dominação que podem ser de classe, de gênero, de raça e etnia e de identidade de gênero, dentre outras” (BENTO, 2022, p. 120).

É importante destacar também a relevância deste livro para compreendermos a historicidade dos brancos e o racismo. Para Cida Bento (2022), estudar a branquitude contribui para entendermos como a cumplicidade branca (um acordo entre iguais) reproduz desigualdades sociais, pois a centralidade do grupo racial *universal* deixa à margem outros grupos. Identificar a branquitude num contexto de reconhecimento dos aspectos estrutural e sistemático do racismo constitui um ponto importante para combater o racismo. Portanto, enfatizo que a leitura desta obra é de suma importância para as comunidades acadêmica e científica, gestores, lideranças e para todas as pessoas que se interessam pelo tema da diversidade e equidade e que se debruçam a compreender de onde se constituem as noções de raça, de grupos étnicos e movimentos identitários.

Assim, poderemos apreender de maneira mais crítica e fundamentada como se gestam as desigualdades raciais e sociais e as possibilidades de seu enfrentamento e mitigação. Nesse sentido, a autora conclama para a mudança desta realidade, o pensar reflexivo sobre o significado de protestar, de reivindicar práticas antirracistas e políticas públicas em apoio às vidas negras, pois vidas negras importam.